

SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

INDÍCE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil)

Maria Clara Costa¹

Resumo

A construção da barragem de Belo Monte, no coração da Amazônia brasileira, foi um processo bastante complexo e permeado por diversos interesses políticos, económicos e sociais. As pesquisas de Estudo de Impacte garantiram que fosse elaborado um Plano de Valorização do Património para a área a ser atingida, e que dentro dele se estabelecesse um Programa de Arqueologia Preventiva. Seguindo uma análise interdisciplinar da bibliografia pública disponível, o objetivo deste texto é tentar criar uma utopia sobre como arqueologia pública poderia ter sido enquadrada na construção da barragem. E se haveria reflexos na gestão do património arqueológico.

Palavras-chave: Amazônia, arqueologia pública, barragem de Belo Monte, gestão do património arqueológico.

Abstract

The construction of the Belo Monte dam, in the heart of the Brazilian Amazon, was a very complex process and permeated by political, economic and social interests. The Impact Studies ensured that a Heritage Valuation Plan was prepared for the area to be flood and a Preventive Archeology Program was established within it. Following an interdisciplinary analysis of available public bibliography, the aim of this text is to try to create a utopia about how public archaeology could have been framed in the construction of the dam. And if there were reflexes in the management of the archaeological heritage.

Keywords: Amazonia, archaeological heritage management, Belo Monte's dam, public archaeology.

¹ maria_clar_acosta@hotmail.com. Universidade do Porto

1. Introdução à Belo Monte

Desde o início do ano de 2011, Belo Monte era construída para ser a terceira maior barragem do mundo, atrás de Três Gargantas na China e Itaipú, na fronteira brasileira com o Paraguai. De acordo com dados oficiais, a área total de inundação da barragem é de 516 km², sendo que destes, 134 km² serão do “Reservatório dos Canais” e 382 km² do “Reservatório do Rio Xingu”.

Uma das características distintas desse empreendimento é grande alteração do projeto original, elaborado no período ditatorial civil-militar, conhecido na época como barragem de Kararaô. A proposta atual, além da mudança do nome, reduziu drasticamente a área alagada (de quase 20 mil km²), e atingiria mais de 12 terras indígenas, além de outros grupos isolados, desalojando assim mais de uma centena de milhares de pessoas na região. Apesar da redução, os atingidos ainda são dezenas de milhares e só aumentam os impactos ambientais negativos dessa obra.

A barragem de Belo Monte durante a sua construção teve três canteiros de obras: Belo Monte, Bela Vista e Pimental. Foram elaborados canais de derivação, que desviam parte da água do rio para uma casa de força em outro local, separando vertedouros e casas de força. A principal casa de força fica no canteiro de Belo Monte, junto com um dos barramentos de rio, e no canteiro do Pimental há outra para complementar.

A capacidade de geração de energia total instalada na usina será de 11.233 Megawatts (MW), em picos sazonais, conforme as cheias do rio Xingu, mas sua geração média prévia é somente de 4.571 MW.

Como uma contradição, apesar de ser a terceira maior barragem do mundo e a maior do Brasil, Belo Monte será na relação entre a área alagada e a capacidade de geração, a terceira maior barragem brasileira, menor em potência do que as barragens de Xingó, nos estados de Sergipe e Alagoas e Paulo Afonso IV, no estado da Bahia.

Localizada no norte do país, mais propriamente no estado do Pará, e instalada no Rio Xingu, abarca cinco municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingú, no que se convencionou chamar em um licenciamento ambiental de área de influência direta (AID) ou seja, área geográfica na qual são detectáveis os impactos de um projeto (Sanchez, 2008: 461).

A área de Belo Monte também é marcada por um grande empreendimento da época da ditadura civil-militar, a rodovia Transamazônica (BR-230). A transamazônica consistiu numa estrada feita para ligar o resto do país com a região Norte. Devido ao seu difícil acesso por conta de a região ser cortada por grandes rios e a floresta amazônica, a obra nunca foi completada.

Por toda a área atingida pelo empreendimento da barragem, em diferentes magnitudes e relevâncias, foi gerada alterações. Estudos diversos, oficiais inclusive, apontaram uma mudança radical no meio ambiente e nos modos de vida das populações que ali habitam. Em termos técnicos, essa mudança se deveu há muitos impactos ambientais, a grande maioria deles negativos e irreversíveis (Gimenes, 2018a:18).

Nesse sentido, o período de instalação da barragem poderia ser considerado como um momento de crise; de passagem entre o que era a região anteriormente, com as suas vazantes e cheias do Xingu e seus afluentes, para o que a região se tornaria depois, com uma cheia permanente a montante de uma barragem de concreto e uma vazão reduzida também permanente a jusante dessa barragem. Edificações desapareceriam e outras seriam erguidas. Mudanças de toda sorte intermediadas por um período transitório (Gimenes, 2018b: 18).

2. Luta e Resistência popular contra o *modus operandi* do Estado brasileiro: A história de Belo Monte

A história da Barragem de Belo Monte começa oficialmente em 1975, com o início dos Estudos de Inventário da Bacia do Rio Xingu. Antes disso, porém, cabe ressaltar que em 1972 chegou a Altamira John Deyns Cadman. Esse engenheiro/geólogo canadiano foi um importante interveniente na história, como responsável pela primeira decisão que marcará para sempre o futuro do rio Xingu e da cidade de Altamira (Silva, 2015a: 121).

A decisão de se realizar o estudo de inventário remonta ao período de governo da Ditadura Civil - Militar no Brasil (1964-1985). O governo militar consolidou um modelo de Estado autoritário com uma dupla faceta: de um lado, excluiu os setores populares do campo político; de outro, modernizou a economia, acentuando o gerenciamento e planejamento do Estado central (Aquino *et al.*, 2007:697).

Vários foram os planos governamentais desenvolvidos, contudo foi no decênio de 1968-1979, em que o plano de construção de Belo Monte foi idealizado. Esse período foi marcado pela crise internacional do petróleo, e nacionalmente pela implementação de Planos Nacionais de Desenvolvimento (Carvalho, 2008: 58).

Então implementou-se o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, e a edificação destes planos representou um significativo fomento no setor de energia elétrica. Dentre todos os aspectos e objetivos destes planos, o setor energético constituiu indubitavelmente um dos eixos fundamentais, já que a crise energética mundial tornava a política energética uma peça decisiva na estratégia nacional.

O potencial hídrico amazônico tornou-se visado como uma possibilidade de acumulação, tanto no que se destinou à expansão da geração hídrica como para o fomento da exportação de produtos.

A iniciativa de se estudar o potencial hídrico da amazónia pode ser considerada uma entre diversas decisões que tiveram como foco a apropriação da região enquanto fronteira de recursos, no âmbito de se promover o desenvolvimento regional e a integração nacional.

A criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram), e o posterior estabelecimento de uma empresa de energia para a região Norte (Eletronorte) representaram importantes decisões tomadas durante o regime para a região Amazónica, e que viriam a influenciar de forma definitiva o destino do rio Xingu (Silva, 2015b:168).

Em outubro de 1975, a Eletronorte contratou o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) para executar o estudo do Rio Xingu.

Na década de 1980 foi finalizado o relatório de Estudos de Inventário da Bacia do Rio Xingu. Segundo o relatório para o aproveitamento integral do rio, foram previstos sete barramentos que representariam o alagamento de 20.000 km² e atingiriam 12 terras indígenas, além de grupos isolados da região.

A partir das recomendações do relatório final, a Eletronorte iniciou os estudos de viabilidade técnica e económica do chamado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que reunia as Barragens de Babaquara e Kararaô, que mais tarde viriam a ser chamadas, respectivamente, de Barragens Altamira e de Belo Monte.

No ano de 1986, foi concluído o Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (MME & ELETROBRÁS; 1987), que propunha a construção de 165 barragens até o ano de 2010, sendo 40 destas na amazónia.

Os estudos do Plano indicavam a barragem Kararaô como a melhor opção para iniciar a integração das futuras barragens do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro (SNI). Ainda, de acordo com o projeto inicial, o reservatório de Kararaô seria formado por 1.225 km² de área alagada.

Já em meados da década de 1980, a população de Altamira e da Volta Grande do Xingu começou a dar-se conta da frequente presença de técnicos forasteiros na região. Publicamente ainda não se sabia o que estava a acontecer, mas estavam sendo elaborados os já citados Estudos de Inventário (Rosa, 2016a: 15).

Os estudos não foram acompanhados de quaisquer explicações oficiais, o que gerou uma grande incerteza na população local. Diante deste cenário, os indígenas e os movimentos sociais da região começaram a buscar informações sobre o que realmente estava a decorrer.

A notícia veio a público somente em 1986, quando veículos de imprensa noticiaram que em breve seria consolidada a obra pela Eletronorte. A partir de então a mobilização das populações indígenas e não indígenas da região se intensificou, de modo que no final da década de 80 a construção das barragens já eram assuntos debatidos em fóruns internacionais, especialmente a partir de denúncias feitas por lideranças indígenas.

Em janeiro de 1988 lideranças indígenas acompanhadas pelo etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi (Pará), participaram de um simpósio na Universidade da Flórida, onde relataram que o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) iria financiar o projeto de construção de barragens no Xingu que, sem qualquer espécie de consulta aos povos indígenas atingidos, inundaria sete milhões hectares e desalojaria 12 grupos indígenas (Rosa, 2016b: 17).

Após sua participação no referido simpósio, os mesmos foram convidados a repetir o relato em Washington, e assim o fizeram. Devido às suas declarações, os líderes indígenas da etnia Kaiapó foram processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros (Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980), sendo ameaçados de expulsão do Brasil. Após campanha de organizações da sociedade civil mobilizando a opinião pública contra a arbitrariedade sofrida pelos dois líderes, o Tribunal

Federal de Recursos acabou por conceder *habeas corpus*, garantindo a liberdade e também determinando o trancamento da ação penal (ISA, 2010a).

Diante da iminência do início do projeto, foi realizado em fevereiro de 1989 o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira. O evento tinha como objetivo protestar contra as decisões tomadas sobre a construção, sem a participação dos indígenas (Rosa, 2016c: 16).

Durante este encontro ocorreu uma das imagens mais marcantes do processo de luta contra a construção da barragem: o posicionamento da lâmina do facão da índia Tuíra sobre o rosto do diretor da Eletrobrás.

Na ocasião o diretor, José Muniz Lopes, anunciou que o nome da barragem não seria mais *Kararaô*, que significa um grito de guerra na língua *Kaiapó*. Os nomes de ambas as barragens foram mudados por se considerar a construção uma agressão aos povos indígenas.

No início da década de 1990, a Eletronorte enviou o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), sendo que em 1994 o projeto original foi remodelado de maneira a reduzir a área de impacto e alagamento (Sevá, 2015).

O reservatório foi reduzido de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da Área Indígena *Paquiçamba*, localizada na Volta Grande do Xingu.

Em 1996, a Eletrobrás solicitou autorização à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, em conjunto com a Eletronorte, desenvolver o complemento dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte (ISA, 2010b).

Em 1999 após reestruturação do projeto inicial, foi apresentada a proposta com apenas uma barragem na Volta Grande, chamada nacionalmente Complexo Hidrelétrico Belo Monte (CHBM).

Já no ano 2000 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre a Eletrobrás e a Eletronorte, através do qual foram realizados Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte (Fleury, 2013; ISA, 2010).

No mesmo ano a Eletronorte contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (FADESP), vinculada à Universidade Federal do Pará, para elaborar os Estudos de Impacte Ambiental do Complexo Hidroelétrico Belo Monte. O Ministério Público Federal, que já acompanhava o andamento do projeto desde o ano de 1999, interpôs no ano de 2001 uma Ação Civil Pública com o objetivo de parar o processo de licenciamento ambiental (Pontes Jr. & Beltrão, 2005).

Em setembro de 2001, o Estudo de Impacte Ambiental foi paralisado mediante decisão liminar no corpo da referida Ação Civil Pública. Posteriormente, a ação foi julgada procedente, determinando assim que a competência para o licenciamento era do âmbito do órgão federal (Ibama), e também a necessidade de consulta ao Congresso Nacional para o prosseguimento dos estudos em terras indígenas.

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), o governo apresentou o Plano Plurianual chamado Avança Brasil. No referido plano, Belo Monte surge como prioridade nacional.

Entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, o Brasil sofreu com uma crise energética, provocando frequentes interrupções do fornecimento de energia e abrangendo grande parte do território nacional. Tal episódio ficou conhecido como a crise do apagão (Abreu & Azevedo, 2009).

No ano de 2002, em consequência da crise energética, o governo criou um grupo de trabalho formado por membros da Casa Civil da Presidência da República, Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, além de representantes da Eletrobrás, Eletronorte, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Furnas Centrais Elétricas S/A, Governo do

Estado do Pará e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo deste grupo de trabalho era viabilizar Belo Monte (Fleury, 2013).

A partir de então, os defensores do projeto Belo Monte enxergaram uma oportunidade de fazer com que a opinião pública passasse a apoiá-lo, sob o argumento da necessidade de evitar um novo apagão.

Ainda em 2002, as populações da região de Altamira e Volta Grande do Xingu estavam mobilizadas em torno das discussões e do avanço do projeto. Em março, as organizações Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) enviaram uma carta ao Presidente pedindo a suspensão das obras de grande impacto na amazônia, enquanto não houvesse uma discussão que envolvesse a sociedade local.

Esse ano também foi marcado por eleições para Presidência da República. Era o último ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso, e a eleição foi polarizada em duas candidaturas antagônicas. De um lado o candidato José Serra do Partido Social Democrata (PSDB), que estava no poder e representava a continuidade do governo. Do outro lado, na oposição, estava Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, do partido dos trabalhadores (PT). O vencedor foi Lula, com um discurso histórico com orientações à esquerda e de diálogo com os movimentos sociais (Rosa, 2015d: 22).

A eleição de Lula para a Presidência da República, tendo em vista o programa de governo apresentado e o histórico desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, trouxe esperança para os movimentos sociais e populações indígenas da amazônia, que reclamavam da falta de diálogo na tomada de decisões estratégicas envolvendo os seus territórios.

Entretanto os compromissos de campanha foram rapidamente abandonados pelo novo governo. Belo Monte passou assim a ser questão central para o projeto de desenvolvimento económico tanto nos governos de Lula como no de Dilma Rouseff, em um arranjo político entre novos e antigos atores atuantes no chamado setor elétrico.

O projeto Belo Monte e a luta das comunidades da região de Altamira e da Volta Grande do Xingu entram a partir do governo Lula, em uma nova fase.

A Eletrobrás e a sua subsidiária Eletronorte começam a investir fortemente em um lobby em favor do projeto. O objetivo da Eletronorte era vender a ideia do projeto Belo Monte. Primeiramente se aproximou de políticos da região. Depois buscou o apoio das associações de comerciantes. Também houveram iniciativas direcionadas as comunidades indígenas, aos movimentos sociais e as escolas, na tentativa de convencer a opinião pública de que Belo Monte era o caminho para o desenvolvimento da região, e que a oposição ao projeto representava o atraso e a pobreza.

Logo a seguir à criação do Consórcio Intermunicipal Belo Monte, a Eletronorte instalou na orla do cais de Altamira, um centro cultural com uma enorme maquete do que seria barragem.

Muitas comitativas de políticos, turmas de escolas e lideranças comunitárias foram convidados para visitas guiadas (com transporte, alimentação e estadia em hotéis pagos pela empresa) à barragem de Tucuruí, obra apresentada pela Eletronorte como um exemplo do desenvolvimento que seria levado à região (Sevá, 2005).

Mas nem todos compraram a tal ideia. Em meio à crescente pressão do poder público (capitaneado pelo Governo), em conjunto com setores da construção civil e da indústria mineradora (que são invariavelmente parte dos consórcios empresariais envolvidos nas construções das barragens no Brasil), os movimentos sociais e

indígenas que historicamente se opunham à construção de barragens na Amazônia também intensificaram a sua luta.

Uma série de encontros foram realizados entre movimentos sociais, ONG's socioambientais, movimento sindical, lideranças indígenas e associações de comunidades locais. Essas entidades seguiram enviando cartas aos agentes do poder público expondo suas preocupações e críticas aos projetos de barramentos nos rios da região.

Entretanto o diálogo foi inexistente. O governo ignorou completamente tudo o que foi apontado por essas entidades. A obra foi incluída no Plano Plurianual e, em seguida, no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma obra prioritária. Tudo com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Belo Monte já não dependia mais de financiamento internacional e ficava assim menos sujeita às pressões externas (como no caso da denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA).

A partir de então, o projeto Belo Monte andava a passos largos. A realização do Estudo de Impacte Ambiental foi determinada pelo governo.

O passo seguinte foi a realização da licitação para escolher o consórcio empresarial que iria gerir a obra e a usina, depois de construída.

Entretanto, no lado "invisível" desse debate, somaram-se aos movimentos sociais e populações indígenas que já estavam na luta desde a década de 1980, algumas associações acadêmicas, cientistas e o Ministério Público Federal.

Variadas publicações científicas questionaram a viabilidade da obra, tanto do ponto de vista técnico e económico quanto do ponto de vista social. Já no que diz respeito às questões jurídicas, o Ministério Público Federal propôs uma série de ações a obra.

Em dezembro de 2007, o Ibama emitiu o Termo de Referência definitivo para orientar a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacte Ambiental.

Posicionando-se de forma crítica, um grupo de 38 cientistas vinculados a diversas instituições de ensino e de pesquisa publicou um documento chamado Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (Magalhães & Hernandez, 2009).

Estes especialistas identificaram e analisaram, conforme a sua área de atuação, graves problemas e sérias lacunas no Estudo de Impacte Ambiental de Belo Monte.

Na medida em que o projeto avançava na burocracia brasileira, a luta contra o mesmo se intensificava no campo social. No ano de 2009 foram convocadas e realizadas quatro audiências públicas sobre Belo Monte.

O Ministério Público Federal apresentou recomendação de que mais treze audiências públicas fossem realizadas. Essa recomendação não foi seguida, e não houveram mais audiências públicas.

Como não foi seguida tal recomendação foi proposta nova ação judicial, que resultou na concessão de uma decisão liminar suspendendo o processo de licenciamento da obra, enquanto não fossem realizadas as audiências públicas de forma a abranger toda a população atingida. Meses depois, a decisão liminar foi revogada pelo Tribunal Regional Federal, e seguiu-se o processo de licenciamento.

Ainda em 2009, o projeto Belo Monte foi denunciado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington. Posteriormente, o caso Belo Monte foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que expediu uma ordem para que fosse detida a construção até que se cumprisse a consulta aos povos indígenas prevista pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

O governo brasileiro, já durante o mandato de Dilma Rouseff, reagiu violentamente à referida determinação, deixando pela primeira vez na sua história de comparecer a uma reunião de trabalho da Organização dos Estados Americanos, e suspendendo a sua

contribuição à entidade, ambas ações efetuadas como forma de retaliação.

Em 1º de fevereiro de 2010, o Ibama emitiu a Licença Prévia – para o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, atestando a viabilidade ambiental da obra e estabelecendo cerca de quarenta condicionantes a serem cumpridas para a emissão da próxima licença, a Licença de Instalação.

Permeado por polêmicas e disputas políticas e judiciais, com o aval do poder judiciário e do órgão de fiscalização ambiental, iniciam-se as obras em Belo Monte.

Na medida em que a construção da obra avança, os seus impactes são acentuados e tornam-se mais evidentes.

Os anos seguintes foram marcado por remoções da população atingida, desmatamento e início da inundação para a formação do lago, que atinge a região central de Altamira.

3. A Arqueologia no processo de Licenciamento Ambiental da Barragem de Belo Monte

O licenciamento ambiental foi instituído no Brasil a partir da Lei Federal de nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Posteriormente a Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, e outras normativas regulamentaram seus procedimentos e critérios.

Segundo informações fornecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, compartilhada entre instituições de vários níveis.

É por meio do licenciamento que é exercido o controle necessário sobre todas as atividades humanas que interferem nas condições ambientais e devem ser conciliadas com o uso dos recursos naturais.

O IPHAN como órgão público responsável pela salvaguarda do patrimônio nacional exige uma série de providências. Uma delas é a elaboração de um Plano de Valorização do Patrimônio.

O Programa de Valorização do Patrimônio realizado em Belo Monte era composto por dois programas: O Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural; e o Programa de Arqueologia Preventiva, incluindo o Projeto de Educação Patrimonial, que fizeram parte do Plano Básico Ambiental do empreendimento, sendo este último apresentado ao IBAMA e ao IPHAN (Caldarelli & Caldarelli, 2014a: 2).

No Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural, originalmente previa a execução de pesquisas participativas de campo e gabinete, e de registros em vídeo tanto das referências culturais como das históricas, inclusive as orais, das áreas diretamente afetadas. A organização desse material tinha a finalidade de constituir o acervo de uma Casa da Memória a ser implantada na sede de um dos municípios atingidos pelo empreendimento, e para o uso nas ações de educação patrimonial (Caldarelli & Caldarelli, 2014b: 2).

O Programa de Arqueologia Preventiva tinha como objetivo principal evitar que o empreendimento destruísse os bens arqueológicos, bem como atender as exigências do IPHAN, expostas no Ofício nº 111/09 – GEPAN/DEPAM/IPHAN, dentre as quais podemos destacar a apresentação de um projeto específico para a inclusão de critérios arqueológicos na definição da Unidade de Conservação a ser criada, segundo disposto na Lei nº 9.985/2000 (Caldarelli & Caldarelli, 2014c: 2).

O Ofício nº111/09 também exigia o desenvolvimento de um Projeto de Educação Patrimonial. As atividades realizadas tinham como foco os profissionais ligados à implantação do empreendimento quanto outras populações atingidas diretamente pelo empreendimento.

Segundo Caldarelli (2014) as iniciativas de educação patrimonial com os trabalhadores do empreendimento tinham como função principal evitar danos aos bens arqueológicos ali existentes por desconhecimento. Essas iniciativas tinham como material de apoio folhetos, que deveriam ser distribuídos a todos. Também seriam realizados seminários destinados àquele público.

As iniciativas voltadas para a população visavam atingir dois públicos: a rede escolar, e as comunidades urbanas e rurais das áreas atingidas.

Foi planejado a elaboração de materiais didáticos, inclusive de vídeos, cujo conteúdo seria retirado das pesquisas levadas a efeito no âmbito dos Programas de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural, e de Arqueologia Preventiva; e a realização de oficinas educativas, exposições, visitas educativas e palestras.

Com o Ofício 083/11 CNA/DEPAM/IPHAN, o IPHAN aprovou o Plano de Valorização do Patrimônio elaborado pela empresa de arqueologia escolhida, e ainda prescreveu algumas exigências como: A incorporação no projeto de educação patrimonial de aspectos antropológicos e etnohistóricos referentes às áreas de influência direta e indireta do empreendimento; A realização de um inventário do patrimônio histórico-cultural e de estudo etnohistórico da cultura material e imaterial dos povos indígenas e populações ribeirinhas da área de influência direta do empreendimento; No Projeto de Valorização do Patrimônio Cultural, a implantação de duas casas de memória, preferencialmente entidades públicas, uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu, além de um site na internet, contendo o inventário do patrimônio histórico-cultural, e realização de atividades de inserção digital nos municípios atingidos pelo empreendimento.

A execução do Plano de Valorização do Patrimônio começou no ano de 2011, com o Programa de Arqueologia Preventiva dividido em cinco projetos específicos: Projeto de Prospecções Arqueológicas

Intensivas; Projeto de Salvamento Arqueológico; Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres; Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva; Projeto de Educação Patrimonial. Também a área onde seriam realizados os trabalhos arqueológicos foi aumentada de 900 km² para cerca de 12.000 km².

Com o aumento exponencialmente da área foram necessárias várias adaptações com relação a quantidade de membros as equipas técnicas tinham e com a própria metodologia a ser empregue durante a execução do projeto.

O Programa de Arqueologia Preventiva sofreu atrasos decorrentes da expansão da área do canteiro de obras, o que acarretou um aumento exponencial dos exemplares de cultura material retirados não só durante as atividades de prospecção, mas principalmente as de salvamento arqueológico, com forte impacto nas atividades ligadas ao laboratório (curadoria, análise e interpretação do material coletado, em função das características dos sítios arqueológicos). Por isso acabou por se estender até 2015, com a execução do Sítio escola.

Segundo dados divulgados pela empresa responsável pelo empreendimento a maior parte dos sítios arqueológicos (70,45% do total) foram encontrados nas localidades de Altamira e de Vitória do Xingu. Esses dados são um reflexo das pesquisas arqueológicas realizadas durante os estudos de viabilidade ambiental da antiga Barragem de Kararaô, e posteriormente os levantamentos arqueológicos realizados para o EIA/RIMA da Barragem de Belo Monte.

A maior concentração de sítios arqueológicos é em altos topográficos (38%). De acordo com a interpretação de Solange Caldarelli (2017) essa escolha se explica pela preferência por assentamentos de longa duração e por áreas livres de inundações. Foram descobertos uma grande diversidade de sítios arqueológicos, sendo o maior sítio arqueológico com uma área de 800.000 m².

O sítio escola teve duração de dois meses, entre julho e setembro de 2015, e o seu principal objetivo foi dar oportunidade aos estudantes

de adquirir e/ou aprimorar conhecimento teórico e prático na área de arqueologia através da participação efetiva em um projeto de pesquisa de campo. Foram abordados três eixos temáticos nesse sítio escola: os sítios de Terra Preta Antropogénica, Sepultamentos Humanos e Gravuras Rupestres.

Com apoio de técnicos e professores as atividades de campo dar-se-ão associadas às pesquisas em andamento na área da barragem de Belo Monte. Essas atividades foram distribuídas em: Topografia e delimitação de sítios arqueológicos; estratégias para averiguar distribuição espacial intra-sítio dos vestígios arqueológicos e variações sedimentares em sub-superfície; definição de estratégias para escavações teste e de superfície ampla; técnicas de escavação, registo arqueológico e estratigráfico; documentação; coleta de amostras de solo; descrição estratigráfica; técnicas de escavação; e registo dos sepultamentos humanos (Scientia Consultoria Científica, 2015: 2).

Nos meses de julho e agosto foram escavados pelos estudantes os sítios arqueológicos associados a Terra Preta Antropogénica com ocupações associadas a sociedades ceramistas, assim como sítios mais antigos, associados a sociedades forrageiras que iniciaram a ocupação da região durante o holoceno, há dez mil anos atrás. Paralelamente foram efetuados os trabalhos de registo e documentação de gravuras rupestres e polidores que se encontravam ao longo do rio Xingu (Scientia Consultoria Científica, 2015: 2).

4. Utopias, épistème e epistemologias do Sul

“E ai está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (Freire, 1987a: 17)

O termo utopia é polissémico, usado desde a literatura à história, da filosofia à política, percorrendo todos os domínios e comumente associado ao significado de irrealizável (Rocha, 2016:a 170).

De acordo com Roger Mucchielli (1960) a formação de uma utopia comporta um processo complexo, surgindo muitas vezes de um sentimento de revolta perante uma situação histórica injusta, por uma observação lúdica e metódica da sociedade contemporânea considerada como um caso patológico, acompanhada de um grande pessimismo sobre as possibilidades de intervenção: desta tensão dolorosa surge, por necessidade compensatória a idealização de uma cidade imaginária.

Por isso que o discurso utópico desenvolve o máximo de agressão e globalize a crítica pela confrontação entre a coerência da cidade feliz e a irracionalidade radical do mundo falsamente real, em que a lógica utópica força pensar o ilogismo do *topos*. Daí que o imaginário presente nas utopias seja não somente constituído por situações, mas constituinte de situações; neste sentido, se a história faz as utopias, também as utopias fazem a história (Rocha, 2016b: 170).

Michel Foucault (2002: 217) desenvolve o conceito de épistème não como uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto de relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.

O arqueólogo do saber assume como seu principal objetivo de análise a leitura do descontínuo no pensamento ocidental, procurando encontrar no mundo exterior a articulação do objeto e o poder de julgar. Para emergir um significado no objeto é necessário a ação da dimensão humana da relação Saber-Poder, transformando as características físicas das interações em significados. O significado vai interagir com o individual, em que o objeto deve ser pensado dentro do seu contexto histórico-cultural e social, revelando relações com outros objetos. Evidencia-se assim o poder da linguagem como

regulação da existência e produtora permanente do saber (Foucault, 2005).

Foucault traça então uma perspectiva epistemológica relacionada com o ceticismo em relação à consciência absoluta da razão ocidental à maneira cartesiana, capaz de conhecer e produzir conhecimento apenas a partir de intuições e distinções. O autor assume uma leitura desconstruída do conhecimento, pois implicou a queda da razão transcendental, imposta e aceite pelo pensamento ocidental por Platão, Descartes, Kant e Hegel.

Contrapondo a análise de um sujeito cognitivo profundamente marcado, quer pela inteligibilidade cultural, quer pela natureza exterior para libertar as marcas de uma memória que atravessa o Tempo, através de significações, pensamentos, desejos e ameaças na esfera do visível e invisível do poder do conhecimento. Assim o autor contrapõe uma perspectiva epistemológica da relação Saber-Poder através do conceito de *épistémé*, com o objetivo de analisar as ruturas entre as épocas, culturas e objetos do conhecimento, que possibilitam as mudanças de interesse, conceito e estratégias (Almeida, 2012: 39).

Já na pós-modernidade Boaventura de Sousa Santos, influenciado pelas ideias de Foucault desenvolve o conceito de Epistemologias do Sul.

As epistemologias do Sul referem-se à produção e validação de conhecimentos surgidos nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, opressão e destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e patriarcado. Ou seja, se trata de um sul epistemológico e não geográfico.

O objetivo é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações.

Santos (2018a: 187) escreve que a ciência ocidental moderna foi um instrumento-chave para a expansão e consolidação da dominação moderna, questioná-la a partir da perspectiva das epistemologias do Sul implica questionar o seu caráter colonial (que produz e esconde a linha abissal criadora de zonas de não-ser), o seu caráter capitalista (a mercantilização global da vida através da exploração de dois não bens de consumo, o trabalho e a natureza) e o seu caráter patriarcal (a desvalorização dos corpos, das vidas e dos trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social).

As Epistemologias do Sul reconhecem as práticas das da ciência pós-abissal, integram a essas outros conhecimentos e outras práticas de criação e de transmissão de conhecimento que ocorrem enquanto dimensão das práticas sociais de resistência e luta contra a dominação (Santos, 2018b:403).

As ecologias dos saberes visam articular conhecimento científico e conhecimentos artesanais, e como tal, constituem um desafio às instituições e às pedagogias que foram desenhadas para promover e transmitir apenas um tipo de conhecimento (Santos, 2018c:403).

5. Público versus Público

Para entender o conceito de Arqueologia Pública é necessário primeiramente apontar os vários significados que a palavra *público* pode ter. De acordo com Melton (2001) a noção de público como algo que simbolize um coletivo de cidadãos, e que seja ao contrário do que é privado vem desde o império romano.

No caso do conceito utilizado na Arqueologia Pública podemos desdobrá-lo em dois: o primeiro está associado com o Estado e as suas instituições, e o segundo está ligado a um grupo de pessoas que debatem questões importantes e consomem produtos culturais, e cujas reações formam a opinião pública (Merriman, 2003: 1).

Ao nos aprofundarmos podemos afirmar que o Estado assume a função de porta-voz do público, e age em prol do interesse público. Essa atitude do Estado pode ser comprovada na criação de museus, escolas e etc... No segundo conceito podemos englobar todo ou qualquer debate e opinião formada no seio da sociedade, ou seja, na população.

6. A busca por uma Arqueologia que valorize o público

Como já notado anteriormente nesse texto, a demanda por abordagens académicas mais próximas da população são comuns a todas as ciências sociais, principalmente a partir dos anos 60.

Utilizando por base as ideias epistemológicas aqui já ressaltadas, fazemos um contraponto com a interdisciplinaridade, tão importante para se compreender o surgimento dessa área da arqueologia.

A interdisciplinaridade, como integração entre campos do saber para a construção do conhecimento, aparece como ponto chave para a articulação de uma utopia. Como aponta Canclini (1989/2000a), as oposições entre tradicional e moderno, e entre popular e massivo não dão conta de um entendimento da cultura nos dias atuais. Há uma mistura desses elementos sendo necessário averiguar sua hibridação, “precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos” (Canclini, 1989/2000b: 19).

Segundo Lima (2014) a Arqueologia é uma ciência social que busca compreender, sobretudo, as sociedades pretéritas em seus múltiplos aspectos (políticos, económico, social, cultural e religioso), a partir dos vestígios materiais e do registo arqueológico.

No entanto a Arqueologia nos dias de hoje precisa ir além da interpretação. Avançar sobre o seu próprio universo restrito ao campo, à interpretação e à publicação científica sobre os achados arqueológicos, e estabelecer-se enquanto uma disciplina também interessada nos aspetos públicos e na dimensão social.

Essa preocupação com a dimensão social e pública ficou evidente já na década de 70 com a publicação do livro *Public Archaeology* (1972), do arqueólogo Charles Robert McGimsey III, considerado um marco no estabelecimento de um novo campo de pesquisa: A Arqueologia Pública (Carvalho e Funari, 2009: 1).

A obra foi escrita como uma resposta a crescente destruição dos sítios arqueológicos, originada por diversos fatores, em especial, pela acelerada urbanização e industrialização do país, que ameaçaram os vestígios arqueológicos.

Cabe ressaltar que as questões levantadas por McGimsey nessa primeira obra tiveram origens mais remotas no contexto estadunidense. A apresentação pública da Arqueologia remonta ao *Antiquities Act*, elaborado em 1906, para regulamentar o tratamento dos sítios arqueológicos em terrenos públicos e assegurar o acesso do público aos resultados das pesquisas, num primeiro esforço de estabelecer um compromisso profissional da Arqueologia, uma vez que a destruição dos sítios era crescente (Carneiro, 2009a: 89).

Posteriormente foram divulgados decretos com apelo nacionalista pelo presidente Theodore Roosevelt, que reforçou a necessidade de conservar os recursos naturais e culturais do país. Dessa postura surgiram políticas que contribuíram para a causa do Movimento de Conservação.

Todas essas medidas acabaram por dar visibilidade à arqueologia, justamente pela causa da preservação, o que aumentou o interesse do público pela Arqueologia. Segundo Jameson (2004), se tornou acessível ao público um grande número de sítios arqueológicos e de monumentos históricos. Sendo assim, entre as décadas de 1940 e 1950, uma nova história de preservação dos recursos naturais e culturais foi estabelecida na esfera pública nos EUA, influenciada pela multiplicação de estudos arqueológicos acessíveis ao público.

Em 1966 foi publicada a *National Historic Preservation Act*, em 1969 o *National Environmental Policy Act* e o Decreto-Lei nº11.593/71.

Essa nova legislação impulsionou a transformação em relação ao papel da preservação e ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica, mudando a maneira como a arqueologia era administrativamente conduzida (Carneiro, 2009b: 91).

Outra contribuição nos Estados Unidos foi a realização da *Cultural Resource Management* (Conferência de Recursos Culturais em português), em 1974 (Renfrew e Bahn, 1993: 494).

A CRM tornou-se referência principal para a gestão, cujos parâmetros de ação consistiram em planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar a preservação de importantes aspectos da herança cultural norte-americana (Fernandes, 2007: 11; Carneiro, 2009c: 92).

Nas últimas décadas, após a criação do *World Archaeological Congress*, em 1986, a Arqueologia “tem fomentado cada vez mais a diversidade e servido para estimular a responsabilidade social” (Funari *et al*, 2009: 120).

Tanto no primeiro *World Archaeological Congress* (WAC), como no *Taos Conference*, no Novo México, organizado em 1988 pela *Society for American Archaeology* (SAA) o tema da responsabilidade social da arqueologia foi amplamente discutido.

As discussões que decorreram no *Taos Conference* derivaram da formação de um *Public Education Committee* (PEC), dentro da própria *Society for American Archaeology*, com o objetivo de planejar ações de transferência e promover a conservação do patrimônio arqueológico (Salerno, 2012a: 12).

Em suma, pode-se dizer que tanto o Taos como o WAC contribuíram para viabilizar e legitimar a arqueologia pública como um campo científico de reflexão, ação e investigação dentro do campo disciplinar da arqueologia.

Em 1991 a mesma sociedade publica *Archaeology and Public Education*, publicação responsável por criar um espaço de comunicação para promover a conservação e prevenção do vandalismo, e saque dos sítios arqueológicos (Salerno, 2012b:12). Essas novas propostas

integraram um movimento americano que impulsionou a inclusão dos materiais arqueológicos nos estudos de gestão e manejo dos bens e recursos culturais.

É inegável que a presença da forte influência nesse processo da teoria arqueológica, advinda do marxismo e do pós-modernismo, que reconheceu, sobretudo, a possibilidade de múltiplas interpretações do passado, bem como o desenvolvimento da própria noção de múltiplas interpretações do passado, bem como o desenvolvimento da própria noção de cidadão como um indivíduo que participa, seleciona e é ativo, contribuíram para tala acontecimento (Merriman, 2004: 3-4).

No contexto europeu as relações entre a Arqueologia e a sociedade foram estabelecidas a partir da corrente pós-processualista, proposta por Ian Hodder na década de 1980, que incorporou a Arqueologia Pública no rol de discussões ao evidenciar, muito explicitamente, a importância do contexto histórico e social de produção do conhecimento arqueológico e o indispensável comprometimento dos arqueólogos com os grupos sociais (Carneiro, 2009d: 87).

Uma das principais questões colocadas pela arqueologia pós-processual reside nos significados simbólicos dos vestígios arqueológicos, que variam de contexto para contexto.

Os arqueólogos pós-processualistas colocam o indivíduo como ator social, cujo contexto dará o significado ao registo arqueológico. Essas abordagens aceitam assim, a falta de consenso nas interpretações do passado. (Moraes Winchers, 2010a: 47).

A palavra do arqueólogo é uma, dentre outras opiniões sobre o passado, pois há muitas e plausíveis interpretações sobre o registo arqueológico. As perspectivas pós-processuais defendem que o registo arqueológico é um texto polissêmico, podendo ser lido de diversas maneiras. No mundo contemporâneo, cada vez mais, narrativas multivocais têm conquistado espaços antes reservados aos

especialistas, donos de um pretenso conhecimento e verdade (Moraes Winchers, 2010b: 47).

Robrahn-González (2005) afirma que a Arqueologia vem sofrendo uma mudança essencial de foco, deixando de ser uma ciência com olhar voltado ao passado, para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro.

Finalizando podemos considerar a arqueologia pública como uma área de investigação, ação e reflexão de múltiplas possibilidades porque o seu escopo abrange discussões sobre responsabilidade social, ética e profissionalização da disciplina, preservação e conservação, políticas públicas, economia, turismo, gerenciamento do patrimônio arqueológico, processos de patrimonialização, representação sociais da Arqueologia do passado e do patrimônio, comunicação, divulgação científica, participação, colaboração, educação entre outros assuntos (Lima, 2014: 54).

7. Criando uma utopia para Belo Monte

No Brasil com a implementação da Portaria 230/02 se estabeleceu uma obrigatoriedade da realização de ações educativas em projetos de arqueologia preventiva. Essa portaria, de 17 de dezembro de 2002, surgiu oportunamente, uma vez que havia carência quanto à normatização dos procedimentos arqueológicos durante as fases de Estudo de Impacte Ambiental (EIA) (Morais, 2006: 195).

É a partir de então que as trajetórias da Arqueologia Preventiva e da Educação Patrimonial se cruzam no âmbito dos projetos de licenciamento ambiental.

Um elemento importante de reflexão sobre a Educação Patrimonial é a distinção entre a aplicação e o uso do termo. Conceitualmente, a Educação Patrimonial é considerada toda e qualquer iniciativa educacional, desenvolvida em ambiente de educação Formal e não formal, que tem como foco o reconhecimento,

a preservação e a valorização do património cultural. Trata-se, portanto, de um conceito e de uma prática que aproxima Educação e Cultura, através dos mais variados formatos em que essa aproximação possa se dar: seja por meio de políticas públicas ou em ações locais (Polo e Lima, 2013: 121).

Mais do que falar sobre a magnitude e os resultados das descobertas arqueológicas originárias do megaempreendimento que foi Belo Monte, ou criticar como o projeto de arqueologia preventiva foi desenvolvido, o objetivo deste texto é elaborar uma utopia, a partir do implemento da arqueologia pública no processo de construção da barragem.

Reconhecendo que todo o processo de edificação foi polêmico e doloroso para todas as populações atingidas, porém imprescindível para os interesses do Estado, seria necessário pensar na elaboração de algo que unisse os interesses de ambos os lados.

Quiçá além de ter sido feito Estudo de Impacte Ambiental, deveria ter sido iniciada uma conversa ou até mesmo uma ação educativa com as comunidades a serem atingidas. Se o governo ou o consórcio construtor não assumisse essa “responsabilidade”, deveria ser a Arqueologia a assumir.

Seriam os próprios arqueólogos a efetuar as atividades nas escolas e associações. Essas atividades poderiam adotar a metodologia pedagógica desenvolvida por Paulo Freire.

Para Freire (1987) a concepção de uma prática de liberdade começa pelo diálogo entre o educador e o educando. As inquietações que dificultam a aprendizagem é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação.

Paulo Freire (1987) divide as relações criadas a partir de sua experiência na educação em duas: A do Educandos-Educador e a do Educador-Bancário. O educador-bancário não dialoga pois já que o seu compromisso é com o programa sobre o qual dissertará aos seus alunos. Para o educador-educando o conteúdo programático da

educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo.

O autor também associa pensar a educação como algo fundamentado na Cultura, entendendo esse fato indispensável em qualquer contexto. Argumentou que, ao discutir sobre o mundo da Cultura e seus elementos, os indivíduos desnudariam a sua realidade e se descobririam nela. Nesse sentido, o Património Cultural e a cultura material poderiam tornar-se elementos do processo chamado de “alfabetização cultural” (Silveira e Bezerra, 2007: 82).

Ao traçar essa metodologia para ser usada nas atividades de Educação Patrimonial, os arqueólogos poderiam trazer todas as pesquisas feitas no âmbito da academia sobre arqueologia pública e aplica-la na realidade.

As atividades educacionais repetir-se-iam durante e depois da finalização do megaempreendimento. Durante todo o processo as populações poderiam opinar na organização das atividades, e quem sabe no próprio desenrolar das atividades profissionais.

Interpretações distintas com relação aos materiais arqueológicos encontrados seriam interessantes para compor uma narrativa menos técnica, contudo mais inteligível para a divulgação científica a audiências não especializadas.

Segundo preceitos da museologia social, desenvolvidos durante a mesa redonda de Santiago do Chile em 1972 pelo ICOM é importante proporcionar à comunidade uma visão de conjunto em seu meio material e cultural.

Portanto seria interessante pensar na preparação de uma narrativa expográfica em colaboração com as comunidades. Essa exposição seria feita com acervo arqueológico advindo de Belo Monte.

8. Conclusão

Nos dias atuais, em que situações como as que aconteceram em Belo Monte são cada vez mais comuns, os arqueólogos são obrigados a adotar uma postura mais “ativa” nas suas relações com a comunidade dos projetos.

Alguns países, como o Canadá, já desempenham atividades que transcendem as de uso comum na divulgação da arqueologia. Tanto que 97,9% da população desse país veem a arqueologia como algo importante para a sociedade canadiana (Pokotylo, 2002: 110).

No entanto são executadas atividades em conjunto e a partir de diálogo com a população local, e por isso há o aumento da opinião pública em favor da disciplina.

Com o crescente conservadorismo associado a pautas económicas liberais no mundo, atividades contraproducentes a este são cada vez mais indispensáveis.

Por isso investir em atividades sociais durante o trabalho com o património arqueológico pode ser o caminho para a preservação e gestão do património arqueológico. As populações locais ao serem “empoderadas” podem desempenhar um papel de guardiãs do seu património, e ao guarda-lo, o legarão às gerações futuras.

Tal como Freire (2001: 20) escreve a seguir, a Arqueologia deve assumir esse caminho: “Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os Homens”.

Referências Bibliográficas

ALFONSO, Louise Prado (2012) - *Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, António Manuel Passos (2012) - Epistemologias do conhecimento em Michel Foucault: os museus e as suas coleções. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol 2, p.37-56.

BAHN, Paul (1996) - *The Cambridge Illustrated history of archaeology*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

BEZERRA, Márcia (2002) - *O Australopiteco Corcunda: as crianças em um projeto de Arqueologia Pública na escola*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

BINFORD, Lewis (1972) - *An Archaeological Perspective*. New York: Seminar Press.

CALDARELLI, Solange; CALDARELLI, Carlos (2014) - Efetividade do licenciamento ambiental: O caso do Patrimônio Cultural na implantação da UHE Belo Monte. In *Seminário Técnico Propostas para alterações no licenciamento ambiental no Brasil*. Ribeirão Preto: Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto Ambiental.

CALDARELLI, Solange (2017) - *A Arqueologia e a UHE Belo Monte: ontem e hoje*. Altamira: Feira Literária Internacional do Xingu.

CARNEIRO, Carla Gibertoni (2009) - Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Lúcio Menezes (2010) - Arqueologia comunitária, arqueologia de contrato y educación patrimonial en Brasil. *Revista Jangwa Pana*. Santa Marta: Universidad del Magdalena. 95-102.

FLEURY, Lorena Cândido (2013) - *Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREIRE, Paulo (1987) - *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora.

- FOUCAULT, Michel (2008) – *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu ed. (2006) - *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ICOM (1972) - *Mesa Redonda de Santiago do Chile*. Santiago: International Council of Museums.
- GIMENES, Carlos Eduardo Reinaldo (2018) - *...estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- LIMA, Leilane Patrícia (2014) - *A Arqueologia e os Indígenas na Escola: Um estudo de público em Londrina – PR*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MERRIMAN, Nick, ed. (2004) - *Public Archaeology*. New York: Routledge.
- POLO, Mário Junior Alves; LIMA, Leilane Patricia (2013) – *Caminhos entrecruzados: Educação Patrimonial, Museus e Preservação Cultural. Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica: aproximações e desafios*. Londrina: Universidade de Londrina. 117-125.
- PONTES JR., Felício; BELTRÃO, Jane Felipe (2005) - *Xingu, Barragens e Nações Indígenas*. São Paulo: International Rivers Network.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion (2005) - *Sociedade e Arqueologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro (2016) - *Utopia, ou a Função Política do Imaginário. UtopiaDiacrítica.indd*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. 169-192.
- ROSA, Michel Fernandes da (2016) - *Os Atingidos de Belo Monte Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- SALERNO, Virginia (2012). *Pensar la arqueologia desde el sur. Complutum*. Vol 23 (2), 191-203.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2018) - *O fim do Império Cognitivo*. Lisboa: Editora Almedina.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA (2015) - *Sítio Escola Scientia 2015*. São Paulo: Scientia Consultoria Científica.

SEVÁ, Oswaldo (Org.) (2005) - *Tenotã-Mõ: Alertas Sobre as Consequências dos Projetos Hidrelétricos no Rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher (1987) - *Social Theory and Archaeology*. Oxford: Polity Press.

SILVA, Alexandra Maria (2015a) - *MEGAPROJETOS, CONFLITOS E PROCESSO DECISÓRIO - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

WINCHERS, Camila Azevedo de Moraes (2010) - *Patrimônio Arqueológico Paulista: preposições e provocações museológicas*. São Paulo: Universidade de São Paulo